



A agricultura familiar no estado de Mato Grosso: um olhar a partir do Censo Agropecuário 2017

Charleana de Abreu ¹, Ana Luisa Araujo de Oliveira^{2,*} e Delmonte Roboredo ³

¹Graduada no Curso de Bacharelado em Agronomia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT);

²Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS);

³Professor no Curso de Agronomia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

*Autor Correspondente: aluisamt@gmail.com

Recebido: 10/02/2021; Aceito: 18/09/2021.

Resumo: No estado de Mato Grosso, a agricultura familiar desempenha papel importante no desenvolvimento rural como produtora de alimentos, sendo responsável por grande parte da produção dos alimentos de consumo diário do mato-grossense, principalmente frutas e verduras, além de uma representação significativa na geração de empregos e renda no meio rural. Diante disso, este trabalho teve como objetivo analisar a agricultura familiar do estado de Mato Grosso, no que se refere aos aspectos inerentes ao desenvolvimento rural. A metodologia utilizada baseou-se em dados secundários obtidos a partir do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como em revisão da literatura sobre agricultura familiar, a produção agrícola e pecuária desta unidade da federação. A pesquisa apontou que, a agricultura familiar do estado de Mato Grosso representa 68,79% dos estabelecimentos agropecuários, porém ocupa apenas 9,34% da área ocupada por estes. A maioria dos agricultores familiares possui idade superior a 35 anos, com ensino fundamental incompleto e são do sexo masculino. Foi possível verificar que, ainda é insuficiente as políticas públicas existentes principalmente no que se refere ao acesso a mercados, ao crédito rural (somente em 15,91% dos estabelecimentos foi declarado o acesso), a assistência técnica e extensão rural, em que a maioria (87,49%) declara não receber orientação técnica e a realização de práticas agrícolas, que 77,00% declarou não realizar nada. Neste sentido, é necessário o fortalecimento de políticas públicas já existentes (Pronaf, PAA e Pnae, por exemplo), bem como a formulação e implementação de outras políticas públicas que considerem as especificidades da agricultura familiar nesta unidade da federação.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural; Produção de alimentos; IBGE.

Family farming in the state of Mato Grosso: a look from the 2017 Census of Agriculture

Abstract: In the state of Mato Grosso, family farming plays an important role in rural development as a food producer, being responsible for a large part of the production of food for daily consumption in the state of Mato Grosso, mainly fruits and vegetables, in addition to a significant representation in the generation of food, jobs and income in rural areas. Therefore, this study aimed to analyze family farming in the state of Mato Grosso, with regard to aspects inherent to rural development. The methodology used was based on secondary data obtained from the 2017 Agricultural Census, conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), as well as a review of the literature on family farming, agricultural and livestock production of this unit of the federation. The survey pointed out that family farming in the state of Mato Grosso represents 68.79% of agricultural establishments, but occupies only 9.34% of the area occupied by them. Most family farmers are over the age of 35, with incomplete primary education and are male. It was possible to verify that the existing public policies are still insufficient, mainly with regard to access to markets, rural credit (only 15.91% of establishments had access been declared), technical assistance and rural extension, in which the majority (87.49%) declare that they do not receive technical guidance and agricultural practices, which 77.00% declared that they do not do anything. In this sense, it is necessary to strengthen existing public policies (Pronaf, PAA and Pnae, for example), as well as the formulation and implementation of other public policies that consider the specificities of family farming in this unit of the federation.

Key-words: Rural development; Food production; IBGE.

1. INTRODUÇÃO

O estado de Mato Grosso ocupa uma área equivalente a 903.357,90 km² no território da Amazônia Legal e é o terceiro maior estado em extensão territorial do Brasil, sendo dividido em 141 municípios. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017 a população mato-grossense era de 3.035.122 habitantes, apresentando crescimento demográfico de 1,9% ao ano, porém com a menor densidade demográfica dos três estados que compõem a região Centro-Oeste, 3,36 hab/km² (BRASIL, 2017a).

Em virtude da expressiva produção agrícola, com destaque para as culturas da soja (*Glycine max*), milho (*Zea mays*) e algodão (*Gossypium hirsutum*), e pecuária, principalmente de bovinos, desenvolvida em grandes extensões de terra, o agronegócio mato-grossense tem ocupado posição de destaque no cenário nacional e internacional. Porém, importante destacar que, além da presença marcante de grandes propriedades rurais e uma agricultura considerada moderna nos padrões tecnológicos, no estado de Mato Grosso, a agricultura familiar também desempenha papel importante no desenvolvimento rural. Esta categoria social é produtora grande parte da produção dos alimentos de consumo diário do mato-grossense, principalmente frutas e verduras, além de uma representação significativa na geração de empregos e renda no meio rural.

De acordo com Oliveira & Oliveira (2018), a agricultura praticada sob gestão da família é estudada e analisada no mundo há milhares de anos, sob diferentes lentes, inicialmente na Europa sob o termo camponato e posteriormente nos demais países com distintas denominações (camponato, *family farmer*, agricultura familiar, entre outros). No caso brasileiro, a origem da agricultura familiar tem como base os povos indígenas, escravos africanos, brancos não herdeiros, mestiços e imigrantes, que apesar de diferentes culturas, viviam no campo em posição secundária dentro do modelo de desenvolvimento do País desde sua origem (ALTAFIN, 2007).

Embora sempre existiu agricultores familiares no Brasil, o termo “agricultura familiar” era inexistente até a década de 1990 (SCHNEIDER & GRISA, 2015; SCHMITZ & MOTA, 2008; BELIK, 2000), e ao se referir a estes agricultores utilizava-se denominação como: pequena produção, pequeno agricultor, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

Em 1996, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) representou o reconhecimento e a legitimação por parte do Estado, em relação as especificidades da categoria social da agricultura familiar e pela primeira vez, o termo aparece nas instituições formais brasileiras. No entanto, foi somente em 2006, com a Lei 11.326, de 24 de julho, também conhecida como “Lei da Agricultura Familiar”, é que houve o marco legal que passou a nominar quais os requisitos para ser considerado agricultor familiar no Brasil. Tal fato, contribuiu para a inserção nas estatísticas oficiais do Estado a partir do Censo Agropecuário de 2006 (BRASIL, 2009), e mais recentemente com o Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017 (BRASIL, 2017b).

De acordo com o artigo 3º da Lei 11.326/2006, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, a quatro requisitos: i) não detenha área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; ii) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento ou empreendimento; iii) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Conforme afirmam Prado et al. (2013), a agricultura familiar é a forma predominante de produção agrícola em várias regiões do Brasil, sendo essencial para a economia de vários municípios e estados. De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2017, no país 3.897.408 estabelecimentos pertencem a agricultura familiar (77% do total), ocupando uma área de 80,9 milhões de hectares (23% do total) e empregando 10,1 milhões de pessoas (67% do total de trabalhadores rurais). Neste contexto, faz-se importante compreender quais as características da agricultura familiar nas unidades da federação brasileiras e suas particularidades.

Diante disto, este artigo tem o objetivo de analisar a agricultura familiar do estado de Mato Grosso, no que se refere aos aspectos inerentes ao desenvolvimento rural, a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2. MATERIAL E MÉTODOS

De acordo com Richardson et al. (2012, p. 22), o método de pesquisa “é o caminho ou maneira para chegar a determinado fim ou objetivo”. Neste sentido, na perspectiva de atingir ao objetivo proposto, a metodologia utilizada foi baseada em estatística descritiva com o uso de método quantitativo, e de forma complementar método qualitativo.

Segundo Martinelli (1999), o método quantitativo e qualitativo se diferencia pela forma de abordagem do problema, e um acaba complementando o outro dentro de uma pesquisa social. Para Richardson et al. (2012, p. 70)

O método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc. [...] O método qualitativo difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de

análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas (RICHARDSON et al., 2012, p. 70).

A coleta dos dados foi realizada ao longo do ano de 2020, a partir de dados secundários, sendo o Censo Agropecuário 2017 a principal fonte de informações. Importante destacar que, a coleta foi realizada no Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), que é o banco de dados do IBGE (<https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>). Os dados coletados no SIDRA foram selecionados e organizados na forma de tabelas e gráficos para melhor visualização. E, a partir dos dados quantitativos obtidos, foi realizada revisão bibliográfica com o objetivo de melhor compreender e discutir os resultados encontrados.

Segundo Soares (2015), os censos são operações de levantamento de dados fundamentais para a formulação de políticas públicas e para tomada de decisões acerca de investimentos públicos e privados. Especificamente, o Censo Agropecuário é a principal e mais completa investigação estatística e territorial sobre a produção agropecuária do país. De modo geral, é realizado a cada 10 anos (com algumas variações do período de início e fim da coleta das informações) e, visa obter dados sobre a estrutura, a dinâmica e a produção da atividade agropecuária brasileira. De acordo com Brasil (2017a), o Censo Agropecuário 2017 teve o objetivo de retratar a realidade do Brasil agrário. E neste artigo, o recorte para Mato Grosso deve retratar a realidade rural do estado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Como estão distribuídos os estabelecimentos agropecuários no estado de Mato Grosso?

De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2017, o estado de Mato Grosso possui 118.679 estabelecimentos rurais. Se por um lado, 37.044 (31,21%) são estabelecimento pertencentes a agricultura não familiar e ocupam uma área de 49,79 milhões de hectares (90,66%), por outro lado, 81.635 (68,79%) são estabelecimentos pertencentes a agricultura familiar que ocupam uma área de 5,13 milhões de hectares, correspondente a 9,34% da área total dos estabelecimentos agropecuários desta unidade da federação (54,92 milhões de hectares) (Figura 1).

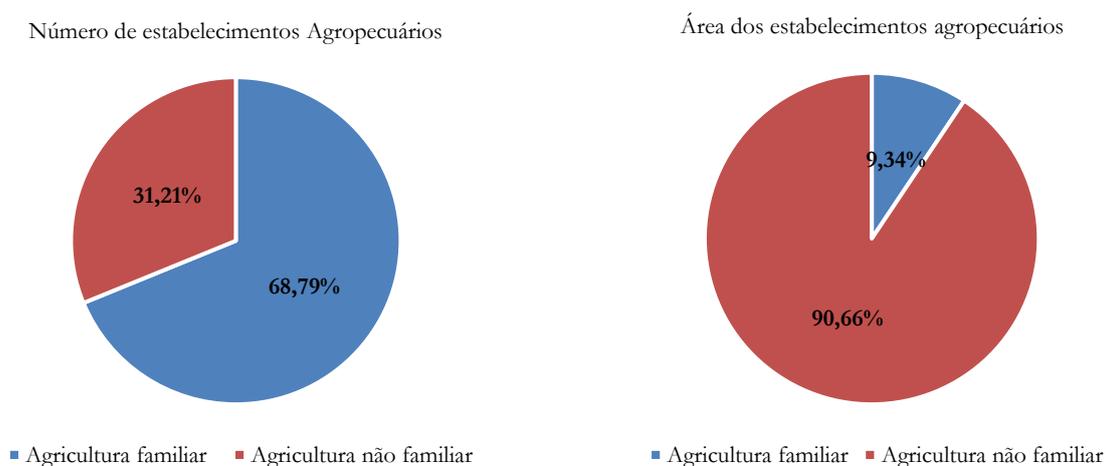


Figura 1. Número e área dos estabelecimentos agropecuários pertencentes a agricultura familiar e não familiar no estado de Mato Grosso. Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados de Brasil (2017a).

Os dados apresentados comprovam o retrato da má distribuição das terras no estado de Mato Grosso. Se confrontado com os dados nacionais, os dados mato-grossense da agricultura familiar são, proporcionalmente, inferiores ao encontrado no território brasileiro, tendo em vista que nacionalmente a agricultura familiar representa 76,82% dos estabelecimentos agropecuários e ocupa 23,02% da área total. Ao mesmo tempo, a concentração de terras em Mato Grosso, é superior a encontrado por Silva et al. (2011) ao analisar a Microrregião de Andradina-SP, os quais identificaram que a agricultura familiar ocupava uma área que correspondia a 18,12% da área total, enquanto a agricultura não familiar ocupava cerca de 81,88% da área total daquela Microrregião.

Em Mato Grosso, os dados do Censo Agropecuário 2017 evidenciam que o município com maior número de estabelecimentos agropecuários pertencentes a agricultura familiar (considerando o total municipal) é Itanhanga, com 91,65% dos estabelecimentos ocupando uma área de 37,31% do total do município (Tabela 1), porém a agricultura familiar está presente em todo o território estadual, com destaque para o norte (Bioma Amazônia) e para o sul, a região que compreende o Bioma Pantanal (Figura 2).

Tabela 1. Municípios do estado de Mato Grosso com maior número de agricultores familiares e a respectiva área ocupada por estes estabelecimentos agropecuários.

Municípios	Total dos estabelecimentos agropecuários	Número de estabelecimentos agropecuários		Área de estabelecimentos agropecuários	
		Número (unidades)	Representação (%)	Área (ha)	Representação (%)
Itanhangá	1.246	1.142	91,65	103.393	37,31
Alto Boa Vista	207	183	88,41	9.419	9,61
Vale de São Domingos	495	433	87,47	30.697	24,85
Castanheira	1.440	1.240	86,11	86.471	20,62
Jauru	967	827	85,52	41.224	30,05
Nova Guarita	587	501	85,35	34.961	45,68
Curvelândia	466	393	84,33	15.458	53,16
Confresa	2.300	1.939	84,30	171.714	39,02
Nova Bandeirantes	1.626	1.353	83,21	110.455	16,52
Carlinda	1.329	1.100	82,77	56.799	29,29
Figueirópolis D'Oeste	717	593	82,71	29.909	36,75

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados de Brasil (2017a).

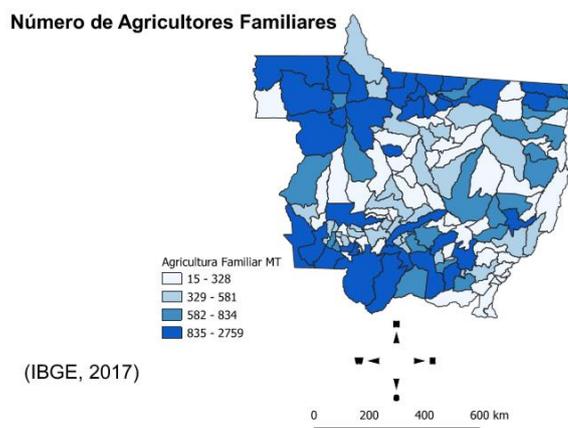


Figura 2. Distribuição geográfica dos estabelecimentos pertencentes a agricultura familiar no estado de Mato Grosso. Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados de Brasil (2017a).

Outro dado importante de ser verificado no que se refere aos estabelecimentos agropecuários é o tamanho médio dos mesmos. Neste sentido, o Censo Agropecuário identificou que entre os estabelecimentos pertencentes a agricultura familiar, cerca de 80% possuem até 100 ha (Figura 3). De modo geral, pode-se dizer que possuem até um módulo fiscal, considerando as medidas do módulo no estado de Mato Grosso¹.

A categoria social da agricultura familiar é heterogênea e abrange uma diversidade de públicos, entre eles agricultor familiar tradicional, produtores assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, que se diferenciam por questões socioculturais e na condição do produtor em relação às terras. Sobre isto, de acordo com

¹ Tabela contendo tamanho dos módulos fiscais por município: <https://sistemafamato.org.br/portal/famato/arquivos/planilha-de-modulos-fiscais-em-MT.pdf>

a pesquisa realizada, entre os agricultores familiares, 69.187 (84,75%) são proprietários de seus estabelecimentos, 8.834 (10,82%) concessionário(a) ou assentado(a) aguardando a titulação definitiva, e os demais mantêm outras formas de relação com a terra, seja arrendatário, ocupante, comandatário², parceiro ou produtor sem área (Figura 4).

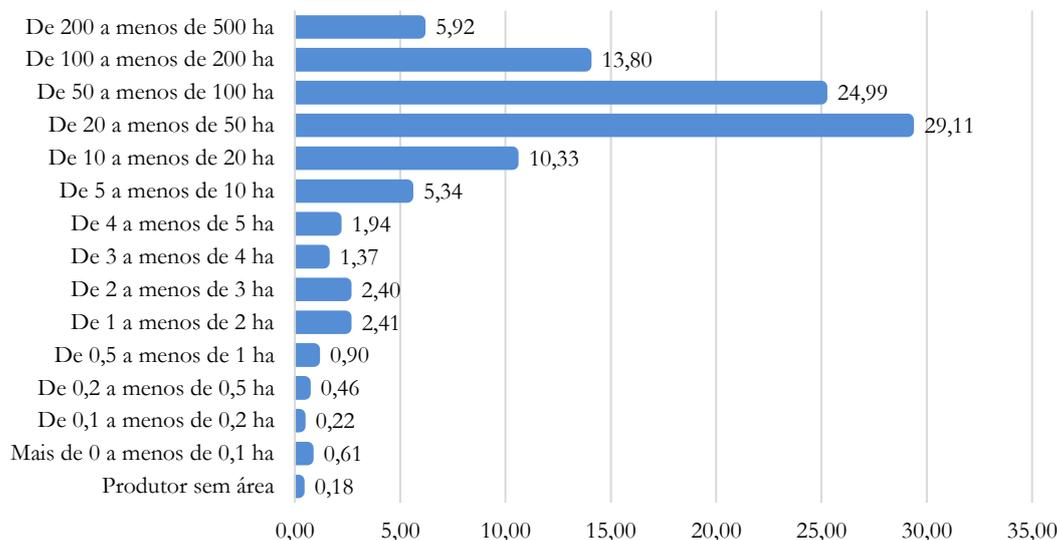


Figura 3. Número de estabelecimentos agropecuários, por grupos de área total. Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados de Brasil (2017a).

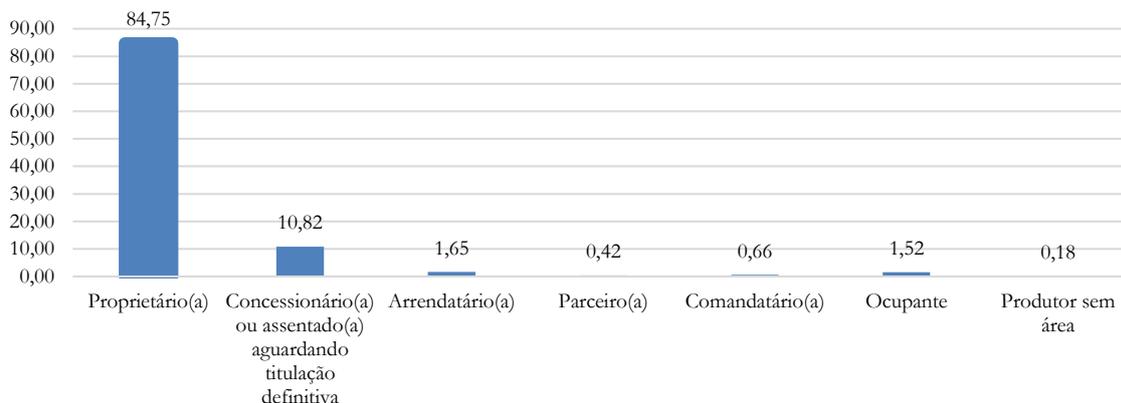


Figura 4. Percentual (%) de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, por condição do produtor em relação às terras no estado de Mato Grosso. Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados de Brasil (2017a).

De acordo com a EMPAER (2020), no estado de Mato Grosso há 50.155 famílias vivendo em comunidades tradicionais³. Além disso, no painel de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) há 82.424 famílias assentadas, em um número de 549 assentamentos, que ocupam uma área de 6.023.370,76 hectares. Se comparados os dados oficiais dos dois órgãos, INCRA e IBGE, em Mato Grosso apenas as famílias assentadas superam o número de estabelecimentos agropecuários, sinalizando para a demanda de pesquisas nos assentamentos rurais para verificar a real situação destes e/ou a mudança no próximo Censo Agropecuário para identificar quantos estabelecimentos agropecuários são pertencentes à assentamentos de reforma agrária e outros grupos sociais que compõe a agricultura familiar brasileira.

Estes dados contribuem para visualizar quantitativamente o que Silva & Sato (2010) afirmam de que, esta unidade da federação é o cenário de um “mosaico cultural de identidades”, formado por diversos grupos sociais (índigenas, quilombolas, agricultores familiares “convencionais”, assentados de reforma agrária, seringueiros,

² Que ocupa a área a partir de um contrato de comodato (empréstimo), por determinado período de tempo.

³ Na Fundação Cultural Palmares consta 71 comunidades quilombolas certificadas. Mais informações: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. E na Fundação Nacional do Índio (Funai) há 87 registros de terras indígenas em diferentes estágios de demarcação. Mais informações em: <http://funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>.

pescadores artesanais, ribeirinhos, retireiros), revelando a diversidade do rural mato-grossense, responsável pela produção e abastecimento de diversas hortaliças e frutíferas, principalmente.

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 mostram que a maioria (78,62%) das pessoas que dirigem os estabelecimentos residem no mesmo, ou seja, o estabelecimento também é seu espaço de moradia.

3.2. Quem são os agricultores familiares de Mato Grosso?

A maioria dos estabelecimentos agropecuários declararam ser homens os produtores (81,66% do total) e isto pode ser explicado pelo fato de que, a agricultura familiar é formada predominantemente por famílias chefiadas por homens. Essas informações mostram que a condição feminina na agricultura está estreitamente relacionada à sua condição na família, ou seja, as mulheres na agricultura são esposas e filhas, e, como tais, estão, na maior parte das vezes excluídas da sucessão na propriedade familiar, podendo ser poupadas do trabalho agrícola na divisão do trabalho, e sendo mais encaminhadas ao êxodo rural (CARDON, 2004).

De acordo com Anjos (2009), em análise realizada sobre a inserção de homens e mulheres na agricultura brasileira a partir de suas inserções na família, com base nos micro dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2005, é possível observar a distribuição desigual entre homens e mulheres nas posições de ocupação na agricultura, de modo que as mulheres dedicadas à atividade agrícola se concentram em certas categorias, desvalorizadas em termos de inserção produtiva e dominadas em termos de inserção familiar.

Importante frisar que, as políticas públicas têm contribuído para o reconhecimento do papel feminino no meio rural, criando garantias como o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), que oportuniza o direito previdenciário às mulheres; o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) assegura o acesso a documentação civil, trabalhista, políticas públicas, além de fortalecer a autonomia e contribuir para a igualdade entre homens e mulheres no campo (MDA, 2009). Além disso, a equidade nas relações de gênero estabelecidas também está presente na Instrução Normativa nº 38/2007 do INCRA⁴ e Lei 12.188/2010, da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), as quais objetivam transpor as desigualdades entre homens e mulheres, inclusive o direito à propriedade rural (BRASIL, 2010). Da mesma forma, o PRONAF Mulher surgiu para atender as especificidades produtivas, reconhecendo e estimulando o trabalho da mulher na agricultura (BRASIL, 2010). Porém, é importante destacar que é fundamental que as políticas públicas mencionadas sejam avaliadas para verificação da eficiência da implementação e dos resultados em relação à inserção da mulher na cadeia produtiva, como protagonista do processo.

No que se refere à idade dos agricultores familiares mato-grossense, os resultados revelam que 23,21% dos estabelecimentos agropecuários pertencem a pessoas com idade entre 25 e 45 anos, 52,01% entre 45 e 65 anos, e 23,17% com idade entre 65 e maior que 75 anos (Figura 5). Isto demonstra que, são poucos os agricultores com idade menor que 45 anos, apresentando, assim, potencial de trabalho por um período de tempo mais longo, ao mesmo tempo evidencia que a sucessão rural é um desafio na agricultura familiar de Mato Grosso.

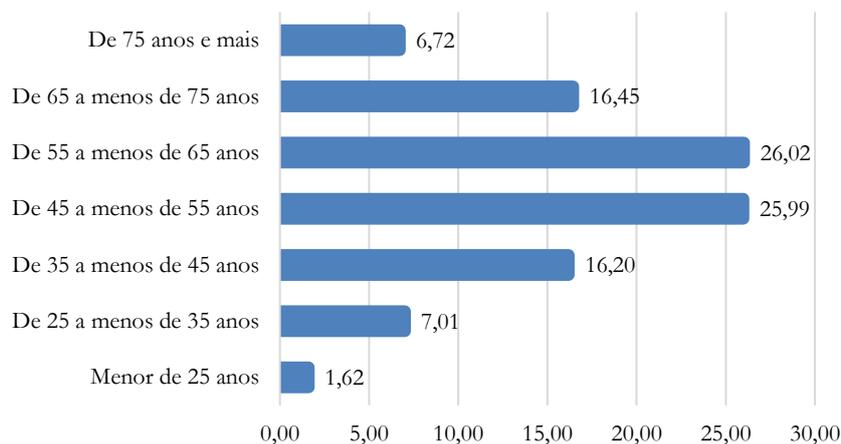


Figura 5. Número de estabelecimentos agropecuários, por classe de idade do(a) produtor(a). Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados de Brasil (2017a).

Segundo dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2016), 40 milhões de jovens de 15 a 29 anos residem na zona rural em 20 países da América Latina, sendo que 11,9 milhões se encontram ociosos, 9,6 milhões estão envolvidos nos trabalhos do campo e 8,2 milhões desenvolvem outras atividades. Diversos fatores levam o jovem a abandonar a vida no campo, como renda baixa, impedimento na

⁴ Mais informações em: http://antigo.incra.gov.br/media/docs/legislacao/instrucao-normativa/in_38_2007.pdf

aquisição de terra, perspectiva profissional, penosidade do trabalho, atrativos nas cidades, ausência de incentivo dos pais, entre outros (MATTE & MACHADO, 2016).

Essa desistência por parte dos jovens e o não envolvimento dos filhos gera preocupações quanto à continuidade das atividades agrícolas e a diminuição da população rural. Essa característica da população rural com idade mais elevada dos agricultores, no estado de Mato Grosso, está ligada ao alto índice de êxodo rural dos filhos, seja em busca de trabalho nas cidades ou para continuidade dos estudos (ensino superior, principalmente).

Os dados mato-grossense diferem do que foi constatado por Matias et al. (2003) quando estudou o perfil dos produtores de frutas de Limoeiro do Norte - CE, neste caso aproximadamente 93,8% dos produtores tinham menos de 50 anos. Para Pinto Filho (1994), a idade do produtor tem grande influência sobre a administração e o gerenciamento da propriedade. Portanto, é de fundamental importância o envolvimento dos jovens na gestão dos estabelecimentos agropecuários e o desenvolvimento de políticas públicas específicas para os jovens agricultores. E, diante disso, é importante pesquisas futuras que tenham como objetivo analisar a inserção da juventude rural no desenvolvimento rural em Mato Grosso.

Quanto à escolaridade identificou-se que, se por um lado, aproximadamente 75% dos estabelecimentos agropecuários pertencem à agricultores que possuem o ensino fundamental ainda incompleto, por outro lado, cerca de 5% dos estabelecimentos pertencem a agricultores com ensino superior. (Figura 6).

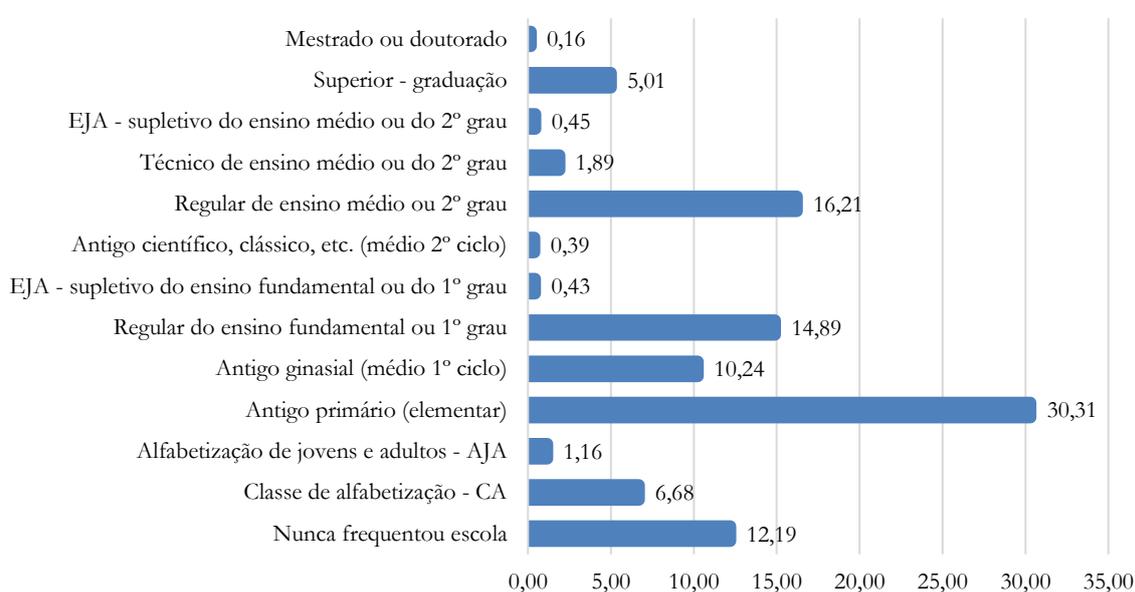


Figura 6. Número de estabelecimentos agropecuários de acordo com a escolaridade do(a) produtor(a). Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados de Brasil (2017a).

O índice apresentado no estado de Mato Grosso supera outras unidades da federação, como contatado nos estudos realizados por Lira et al. (2013) e Sangalli et al. (2015), respectivamente 67% em Pernambuco e 43,9% no Mato Grosso do Sul. Tal discrepância no estado de Mato Grosso pode ser atribuída ao fluxo migratório ocorrido nos anos de 1970 e 1980, principalmente, em que várias pessoas saíram de suas regiões de origem em busca de terra e melhores condições de vida, não tendo a oportunidade de acesso à educação formal. Além disso, soma-se a dificuldade de acesso à escolas, a falta de incentivo da família para estudar e a demanda de os filhos trabalharem nas atividades de produção junto aos pais, contribuem para a pouca escolaridade dos agricultores familiares matogrossenses. Desta forma, esta informação evidencia um grande desafio para a área de educação: a alfabetização dos agricultores familiares mato-grossenses.

3.3. Qual o panorama da orientação técnica?

No que se refere ao total de estabelecimentos pertencentes a agricultura familiar, o Censo Agropecuário de 2017 revelou que a orientação técnica não chega ao agricultor desta categoria social, tendo em vista que, 71.424 (87,49%) declararam não receber orientação técnica, enquanto somente 10.211 (12,51%) declararam receber algum tipo de orientação técnica. Esses dados corroboram com Baldiseria et al. (2018) que, ao analisarem a realidade do município de Castanheira-MT, constataram que 72% dos produtores não recebiam nenhum tipo de orientação técnica. Esse alto índice demonstra que, um dos gargalos que o produtor enfrenta é a falta de assistência. A ausência de orientação técnica no decorrer do processo produtivo, pode implicar em danos econômicos, ambientais e à saúde, devido ao uso inadequado de insumos (adubos, agrotóxicos, etc.) e equipamentos agrícolas (tecnificados) (LAVORATTI, 2010).

Do total que recebe, 3.711 (34%) declarou que esta tem origem na esfera estatal, seja ela federal, estadual ou municipal (Figura 7), 3.849 (36,34%) dos produtores declararam que sua origem é própria, ou seja, não é fornecida por nenhum agente externo ao estabelecimento. Ao mesmo tempo, observa-se que a orientação técnica com origem nas cooperativas, corresponde a 15,32% do total. Outro aspecto que chama atenção na Figura 7 é de que na categoria social formada pela agricultura familiar mato-grossense, as empresas integradoras e empresas privadas respondem por menos de 10,50% da orientação técnica recebida pelos agricultores.

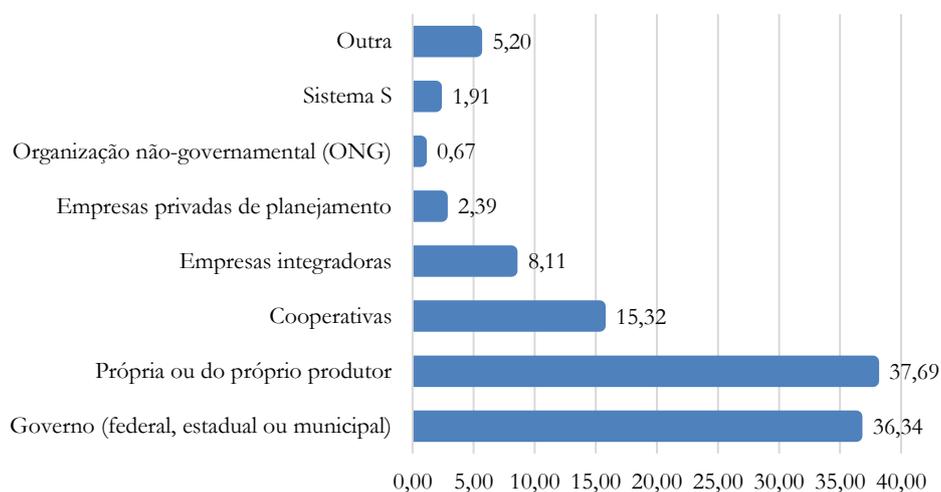


Figura 7. Origem da orientação técnica recebida pelos agricultores familiares no estado de Mato Grosso. Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados de Brasil (2017a).

Trabalhos realizados por Cazella et al. (2016), Sangalli et al. (2015) e Zani & Da Costa (2014), enfatizam que a falta de assistência técnica e ainda a baixa qualidade na assistência aos produtores familiares é o principal entrave no êxito da produção, uma vez que a falta de informação dificulta o acesso a crédito rural, fortalecimento das políticas públicas, culturas usualmente mais adequadas a região, controle de doenças e pragas, padrões climatológicos e aos recursos tecnológicos e de infraestrutura que os tornem mais competitivos, o que corrobora os dados observados nesta pesquisa.

Além desses fatores, Albé (2002) verificou ainda que ausência de assistência técnica na agricultura familiar dificulta a interpretação, compreensão e aceitação do novo, o que pode representar dificuldade na utilização de novas tecnologias. Para Gomes (2004), a assistência técnica direcionada às necessidades do agricultor é passo fundamental para alcançar a sustentabilidade social, econômica e ambiental. Todavia, estudo realizado por Faria e Duenhas (2019, p.138) sobre os avanços e os desafios da Pnater (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária), os autores constataram que “...poucos os produtores que recebem os serviços de Ater no país” e que “...grande parte dos técnicos ainda resistem em abandonar o antigo modelo de extensão rural.”

Porém, é interessante observar que, em 83,70% dos estabelecimentos pertencentes a agricultores familiares, foi declarada a obtenção de informações por outras vias, além da assistência técnica. Entre estes, a forma de obtenção de informações predominantemente é a televisão, que apareceu em 73,15% (Figura 8) dos estabelecimentos, seguida pelo rádio (45,22%) e da internet (15,72%). Reuniões técnicas e seminários apareceram em, apenas 12,34% dos estabelecimentos agropecuários. A baixa participação em reuniões técnica está associada ao baixo percentual de agricultores que recebem orientação, consequentemente refletindo na produtividade da agricultura familiar. Neste sentido, a ausência de orientação técnica pode representar um entrave para o uso de novas tecnologias e também contribuir para o êxodo rural, tendo em vista a dificuldade de manter-se produtivo nos estabelecimentos agropecuários.

O uso de equipamentos eletrônicos contribui para observar que a energia elétrica chega a uma grande parte das propriedades. De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2017, em Mato Grosso há energia elétrica em 89,50% dos estabelecimentos agropecuários (BRASIL, 2017a). Essa realidade pode ser vista também em Silva et al. (2012) que, constataram que a maioria dos assentamentos na região de Cáceres-MT possui energia elétrica.

No entanto é importante frisar que, o número de estabelecimentos de agricultores familiares que não tinham energia elétrica em 2017 era de 8.487 (10,40% do total), representando um desafio para o Estado que deve identificar as condições destes e implementar políticas públicas para resolvê-lo. A falta de energia elétrica inviabiliza o acesso dos agricultores à inúmeras tecnologias, bem como a informações veiculadas em meio eletrônico, importantes para o desenvolvimento rural.

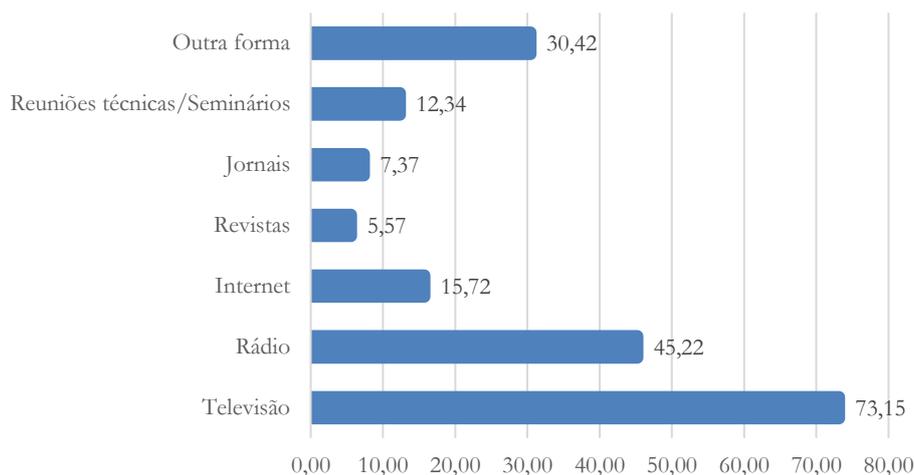


Figura 8. Percentual de estabelecimentos agropecuários de acordo com a forma de obtenção de informações técnicas recebidas no estabelecimento. Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados de Brasil (2017a).

3.4. A produção agropecuária da agricultura familiar matogrossense

Quanto à produção agropecuária, observa-se na Figura 9 que a principal atividade econômica é a pecuária e criação de outros animais, presente em 82,19% dos estabelecimentos agropecuários. Este dado confirma a presença expressiva da bovinocultura em Mato Grosso, que tem apresentado um aumento progressivo do rebanho (Figura 10). No entanto, é importante frisar que na agricultura familiar tem-se a predominância de gado leiteiro com a venda de bezerros, enquanto a comercialização de gado de corte é uma atividade produtiva mais presente entre a agricultura não familiar.

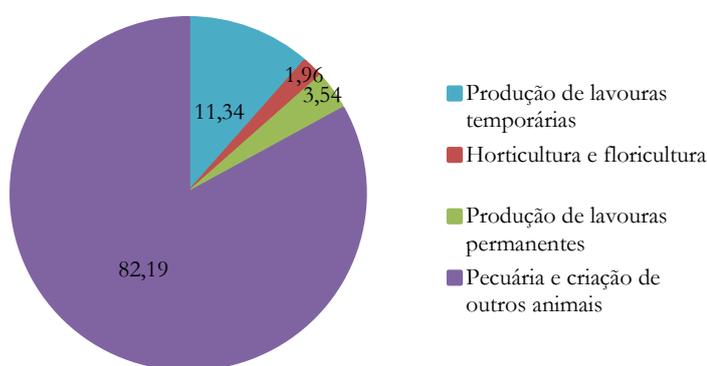


Figura 9. Principais atividades econômicas desenvolvidas pela agricultura familiar no estado de Mato Grosso. Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados de Brasil (2017a).

Este dado difere do encontrado por Choa (2021) que analisou o estado do Pará. Naquele estado a pecuária e criação de outros animais está presente em 29% dos estabelecimentos agropecuários, atrás da produção de cultivos temporários, presente em 36% dos mesmos.

No caso da agricultura familiar, os dados refletem a falta de assistência técnica à agricultura familiar, já que para produção de lavouras necessitam de mão de obra especializada e conhecimento quanto à insumos utilizados na agricultura, seja ela orgânica ou convencional. Além disso, é importante frisar que, fatores como êxodo rural, envelhecimento da população, capacidade de realização dos trabalhos agrícolas, desinteresse dos jovens nas atividades do campo, ocasionam um déficit de mão de obra familiar, que implica na limitação da área produtiva e na escolha dos sistemas de cultivo (GASPARI & KHATOUNIAN, 2016).

Vale ressaltar o interesse do agricultor familiar no estado de Mato Grosso em aprimorar sua produção, porém sua ascensão é limitada e está condicionada a dificuldades como regularização fundiária, crédito rural, realização de práticas agrícolas, mão de obra, manutenção de estradas, logística e assistência técnica, incerteza quanto à continuidade, o valor pago nos produtos na comercialização em mercados locais e na participação nos programas de políticas públicas, como por exemplo o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de

Aquisição de Alimentos (PAA). Para ilustrar, o Censo Agropecuário indicou que somente 15,91% dos agricultores familiares mato-grossenses tem acesso ao crédito rural e no que tange as práticas agrícolas, evidenciou que 77,00% dos produtores rurais não realizam, enquanto apenas 23,00% declarou realizar alguma prática (BRASIL, 2017a). Estes dados, podem ser reflexo da falta de orientação técnica, fato que também pode estar relacionado ao grau de instrução, já que a maioria dos agricultores possuem apenas o ensino fundamental incompleto.

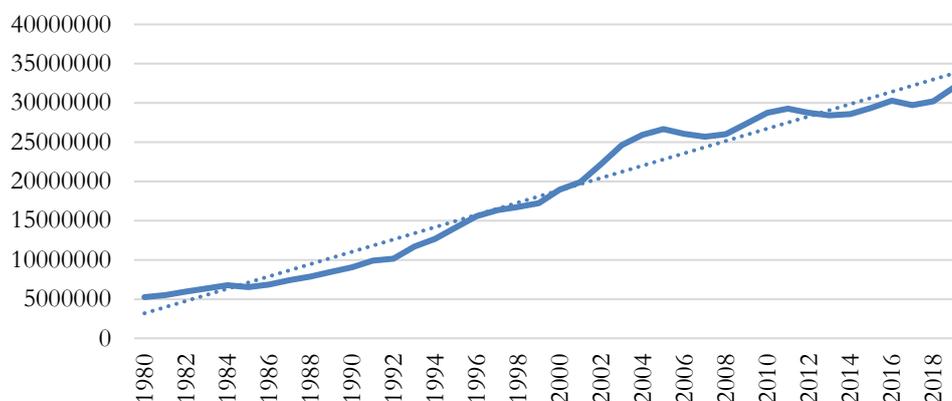


Figura 10. Efetivo dos rebanhos (cabeças) no estado de Mato Grosso. Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Pesquisa Pecuária Municipal - PPM (BRASIL, 2019).

Um outro desafio para a agricultura familiar é o acesso aos mercados. A grande maioria dos agricultores familiares está à margem do circuito de produção e de comercialização por falta de competitividade, devido à baixa quantidade e qualidade da produção e oferta irregular dos produtos no mercado. De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2017, em Mato Grosso apenas 58,42% dos estabelecimentos agropecuários pertencentes a agricultura familiar possui a renda obtida com as atividades desenvolvidas na área, maior que a renda obtida em outras atividades externas ao estabelecimento. Desta forma, destaca-se a importância dos mercados institucionais como o PAA e PNAE, bem como a necessidade dos poderes públicos estadual e municipal para a formulação e implementação de políticas públicas diferenciadas, que levam em conta a especificidade da agricultura por eles praticadas, a realidade dos agricultores e de suas famílias e o contexto em que estão inseridos.

Importante destacar que, no estado de Mato Grosso foi criado o Plano Estadual da Agricultura Familiar (PEAF) (SEAF, 2017), um documento que define diretrizes e prioridades de atuação para o governo, a sociedade civil e o setor privado, buscando o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar em Mato Grosso. O debate foi feito com base em propostas levantadas em 20 documentos de referência, desenvolvidos a partir de diversos eventos como conferências, oficinas e workshops, além de estudos realizados entre 2012 e 2016. O resultado é um plano de diretrizes estratégicas para a agricultura familiar no estado, organizadas a partir de cinco eixos centrais: Produção sustentável; Agregação de Valor e Comercialização; Governança e Controle Social; Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); Regularização Ambiental e Fundiária. Porém, que precisa ser efetivado em ações “no chão” com a agricultura familiar com a finalidade de mudar o cenário aqui identificado, principalmente no que se refere a Assistência Técnica e Extensão Rural.

4. CONCLUSÕES

A agricultura familiar do estado de Mato Grosso representa 68,79% dos estabelecimentos agropecuários, porém ocupa apenas 9,34% da área ocupada por estes. Em contraponto, a agricultura não familiar possui apenas 31,21% dos estabelecimentos, porém ocupa 90,66% da área destes.

No que se refere ao perfil do agricultor familiar, em 75,18% dos estabelecimentos agropecuários o agricultor possui idade superior a 45 anos, em aproximadamente 75% possui o ensino fundamental incompleto e em 81,66% dos estabelecimentos são do sexo masculino.

Quanto ao desenvolvimento de atividades produtivas constatou-se que, a maioria (82,19%) desenvolve pecuária e criação de outros animais. Ao mesmo tempo, em 77,00% dos estabelecimentos não se realizam práticas agrícolas, o que pode estar relacionado ao fato de que, em somente 15,91% dos estabelecimentos foi declarado acesso ao crédito rural, bem como em 87,49% dos estabelecimentos foi declarado, na ocasião do Censo, não receber orientação técnica. Tais fatores são percebidos como fundamentais para o investimento nas atividades produtivas, de modo que sua ausência limita a realização de práticas agrícolas e a diversificação da produção agropecuária.

Diante dos resultados evidenciados no Censo Agropecuário, o perfil do agricultor associado a concentração da renda em poucas atividades econômicas e a falta de orientação técnica são desafios que exigem dos poderes públicos municipais, estadual e federal políticas públicas diferenciadas, que considerem o contexto em que estão inseridos e as especificidades da agricultura familiar mato-grossense.

REFERÊNCIAS

- ALBÉ, M. Q. Alguns indicadores de sustentabilidade para os pequenos e médios produtores rurais no município de Jaquirana. **Revista Liberato**, Novo Hamburgo – RS, v. 3, n. 3, p. 01-14, 2002. Disponível em: http://revista.liberato.com.br/ojs_lib/index.php/revista/article/view/35. Acesso em: 08 fev. 2021.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em: <<http://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/fl282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>> Acesso em: 06 dez. 2020.
- ANJOS, G. Família e divisão sexual do trabalho na agricultura brasileira. **Textos para Discussão FEE nº 65**, 2009, p. 1-24. Disponível em: <https://arquivofec.rs.gov.br/tedes/familia-e-divisao-sexual-do-trabalho-na-agricultura-brasileira/>. Acesso em: 08 fev. 2021.
- BALDISERA, R. S.; DALLACORT, R.; SEABRA JÚNIOR, S.; CARVALHO, M. A. C.; YAMASHITA, O. M. Perfil socioeconômico dos produtores (PNAE e PAA) em Castanheira – MT, sudoeste da Amazônia Legal. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 13, n. 29, p. 131-161, abr., 2018.
- BELIK, W. PRONAF: Avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO da SILVA, J. (Orgs.). **O Novo Rural Brasileiro – Políticas Públicas**. Jaguariúna: Embrapa, volume 4, pág. 93-116, 2000.
- BRASIL. **Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos**. 2017(a). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 06 dez. 2020.
- BRASIL. **Pesquisa da Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>. Acesso em: 08 fev. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 06 dez. 2020.
- BRASIL. **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 365p.
- BRASIL. **Lei nº 12.188**, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jan. 2010. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 03 jul. 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 9.064**, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm. Acesso em: 10 jan. 2021. (b)
- CARDON, P. **Des femmes et des fermes: genres, parcours biographiques et transmission familiale**. Une sociologie comparative Andalousie/Franche-Comté. Paris: L'Harmattan, 2004, 311 p.
- CAZELLA, A. A.; CAPELLESSO, A. J.; MEDEIROS, M.; TECCHIO, A.; SENCÉBÉ, Y.; BÚRIGO, F. L. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 49-79, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p49>.
- CHOA, C. L. **Caracterização da agricultura familiar no estado do Pará a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Alta Floresta-MT. 2021. 37 f.
- EMPAER- Empresa Mato-Grossense de pesquisa, Assistência e Extensão Rural. **Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.empaer.mt.gov.br>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- FARIA, A. A. R. de; DUENHAS, R. A.. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): um novo modelo de desenvolvimento rural ainda distante da agricultura familiar**. RECoDAF – Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar, v.5, n.1, 2019. Disponível em: <https://owl.tupa.unesp.br/recodaf/index.php/recodaf/article/view/92>. Acesso em: 07 fev. 2021.
- GASPARI, L. C.; KHATOUNIAN, C. A. Características das Famílias, Estruturação da Produção e Estratégias de Comercialização em um Assentamento de Reforma Agrária. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 2, p. 243-260, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1234.56781806-947900540203>.
- GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, Aracaju, v. 5, n. 1, p. 1-17, 2004.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, Catia e SCHNEIDER, Sergio. (Orgs.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 19-52.
- LAVORATTI, L.; Gangorra agrícola. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/>. Acesso em: 19 ago. 2020.
- LIRA, C.C et al. Perfil socioeconômico de agricultores familiares no Município de Barreiros-PE. In: XIII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão – JEPEX, 2013. **Anais...** Recife: UFRPE, 2013. 3p.
- MARTINELLI, M. L. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora. 1999.

- MATIAS, G. D. V., SILVA, L. M. R., KHAN, A. S. Perfil dos produtores de frutas do Município de Limoeiro do Norte-Ce frente ao novo paradigma de desenvolvimento do setor. **Revista Ciência Agronômica**, v. 34, n. 1, p. 5-11, 2003:
- MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. *Revista de Estudos Sociais*, v. 18, n. 37, p. 130-151, 2016. DOI: 10.19093/res.v18i37.3981.
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Brasil: Um país de todos. Balanço do Governo Lula 2003-2010. Seção da Agricultura familiar.** Brasília/DF. p. 78 - 134, 2010. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em 25 ago. 2020.
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário – **A força da agricultura familiar.** 2009. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/for%C3%A7a-daagriculturafamiliar>. Acesso em: 01 jul. 2020.
- PINTO FILHO, J. **Diagnóstico e Perspectivas da Micro e Pequena Agroindústria de Fruto Tropical no Estado do Ceará.** Dissertação de Mestrado em Economia Rural. Universidade Federal do Ceará (UFCE), Fortaleza-CE. 1994. 130 f.
- CHOA, C. L. **Caracterização da agricultura familiar no estado do Pará a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Alta Floresta-MT. 2021. 37 f.
- PRADO, T. R.; OLIVEIRA, R.; SOUSA, H. C.; SILVA, A. P.. Agricultura familiar na alimentação escolar: estudo de caso em dois municípios de Minas Gerais. **Nutrire: Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação Nutricional.** v. 38, n. 3, p. 256-268, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.4322/nutrire.2013.024>
- OLIVEIRA, A. L. A.; OLIVEIRA, L. P. A. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e as políticas públicas de preservação da natureza: reflexões sobre o Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/2012). **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, formação e desenvolvimento**, v. 12, n. 2, p. 25-42, 2018. DOI: dx.doi.org/10.18542/raf.v12i2.5529.
- RICHARDSON, R.; PERES, J. A. S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. H. M. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 2012. 334p.
- SANGALLI, A. R.; SILVA, H. C. H.; SILVA, I. F.; SCHLINDWEIN, M. M.; Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados (MS), Brasil. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 2, 2015. DOI: 10.22004 / ag.econ.265407.
- SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. **Agricultura Familiar: Categoria Teórica Política?** *Fragments de Cultura*. v.18, n. 5/6, 2008.
- SEAF (Secretaria de Estado de Agricultura Familiar). **Plano Estadual da Agricultura Familiar (PEAF/MT).** 2017. Disponível em: <http://www.agriculturafamiliar.mt.gov.br/peaf>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- SILVA, T. P.; ALMEIDA, R. A.; KUDLAVICZ, M. Os assentamentos rurais em Cáceres/MT: espaço de vida e luta camponesa. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas/MS, v. 8, n. 15, p. 62-82, 2012. Disponível em: <http://www.orbital.ufms.br/index.php/revgeo-tl/article/view/412>. Acesso em: 13 mar. 2021.
- SILVA, F.C.; SANT'ANA, A.L.; MAIA, A.H.; KOGA, P.S.; MODENESE, V.S. Agricultura familiar e não familiar na Microrregião de Andradina/SP: o que revelam os dados do Censo Agropecuário 2006 In: CONGRESSO DA SOBER, 49, Belo Horizonte, 2011. **Anais...** Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2011. 17p.
- SILVA, R.; SATO, M. Territórios e identidades: mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil. **Ambiente & Sociedade.** Campinas, v. 13, n. 2, p. 261-281, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2010000200004>.
- SOARES, P. R. B. Censo Agropecuário 2006: possibilidades de uso e o que demonstram os dados. In: RODOMSKY, G. F. W., CONTERATO, M. A. e SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Pesquisa em desenvolvimento rural: técnicas, bases de dados e estatísticas aplicadas aos estudos rurais.** Porte Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 109-126.
- ZANI, F. B.; DA COSTA, F. L. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - novas perspectivas de análise. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 4, p. 889-912, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121555>.